



ANÁLISE ACERCA DA PERCEPÇÃO DOS EDUCANDOS SOBRE A ACESSIBILIDADE NO IFPB CAMPUS ITABAIANA – PB¹

Bruna Silva Amorim ²
Mayara Alves Dantas ³
Paulo Tavares Muniz Filho ⁴

INTRODUÇÃO

A escola, enquanto espaço por excelência para realização das práticas educativas, deve dispor de elementos didáticos e arquitetônicos que permitam o acesso, o aprendizado e a permanência de todos. A acessibilidade, portanto, é parte fundamental do processo pedagógico, pois quando não está presente “(...) dificulta a inclusão de PCDs ao processo de ensino-aprendizagem” (RODRIGUES et al, 2019).

Apesar disso, estudos demonstram que as escolas no Brasil não são acessíveis (DUARTE & COHEN: 2006; RODRIGUES et al, 2019). Mesmo aquelas que possuem elementos obrigatórios de acessibilidade frequentemente não atendem a todas as especificações técnicas, o que dificulta, ao invés de favorecer, o acesso, convertendo estes elementos em um risco para os usuários.

Rodrigues et al (2019) constatou que as duas principais escolas do município de Itabaiana – PB (o IFPB *Campus* Itabaiana e a Escola Cidadã Integral e Técnica de Itabaiana – ECIT) não eram acessíveis. Naquela ocasião, no entanto, analisou, apenas, os aspectos normativos e arquitetônicos e o impacto desses na inclusão e na acessibilidade dos discentes PCD.

No estudo citado acima, foram apontadas incongruências na distribuição e implantação de pisos táteis e na construção das rampas e escadas, o que tornava esses elementos em barreiras arquitetônicas aos estudantes PCD. O que suscitou a reflexão: e os estudantes sem deficiência, será que a inadequação espacial os incomoda? De que maneira eles enxergam a inclusão e a

¹ Pesquisa financiada pelo PIBICT – IFPB.

² Aluna do Curso Médio Técnico Integrado de Automação Industrial do Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB *Campus* Itabaiana, brunaamorim858@gmail.com;

³ Aluna do Curso Médio Técnico Integrado de Automação Industrial do Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB *Campus* Itabaiana, mayaraalvesdantas22@gmail.com;

⁴ Professor Mestre de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB *Campus* Itabaiana, paulo.filho@ifpb.edu.br.

diversidade no meio escolar? Será que relacionam às condições de acessibilidade nas escolas com a baixa quantidade de estudantes PCD?

Como continuação a pesquisa supracitada, esta analisou a percepção que os discentes sem deficiências possuem do IFPB *Campus* Itabaiana, objetivando entender a maneira como eles enxergam a inclusão e a acessibilidade.

Para alcançar os objetivos propostos foram aplicados questionários aos discentes e as respostas foram cotejadas com os resultados alcançados por Rodrigues et al. (2019), que demonstraram que o *Campus* não é acessível. Os resultados dos questionários demonstram que educandos são favoráveis à inclusão, percebem as limitações que as inadequações presentes na edificação impõem às PCD e as barreiras comportamentais que leva ao preconceito e a discriminação.

A importância desse tipo de pesquisa reside em estimular o debate que pode levar a superação da barreira atitudinal através da conscientização da comunidade escolar acerca de como a falta de acessibilidade arquitetônica dificulta o acesso e a permanência de educandos PCD nas instituições de ensino. Afinal, problematizar e debater são importantes instrumentos pedagógicos na superação das injustiças sociais.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Após a definição dos objetivos foi realizada, inicialmente, uma revisão bibliográfica para compreensão dos dispositivos legais e das normas que disciplinam e padronizam as edificações no que diz respeito às condições de acessibilidade. Foram lidas, também, publicações objetivando entender o conceito de acessibilidade e a relação deste com a inclusão e/ou exclusão de PCD nas diversas esferas da vida em sociedade, dando ênfase à Educação.

Para captar a percepção dos estudantes acerca das condições de acessibilidade do IFPB *Campus* Itabaiana foi elaborado um questionário semiestruturado com questões qualitativas, abertas e fechadas. Este foi aplicado a 50% dos alunos do 4º e do 3º ano do Ensino Médio dos Cursos Integrados de Automação Industrial e Eletromecânica. O questionário foi submetido ao Conselho de Ética em Pesquisa (CEP – IFPB) através da Plataforma Brasil.

Após a tabulação, as informações foram organizadas de modo a permitir o cotejamento das opiniões dos discentes com os resultados obtidos pela pesquisa “Espaço e Educação: estudo das condições de acessibilidade em escolas públicas do município de Itabaiana – PB” acerca das condições de acessibilidade do *Campus* Itabaiana (RODRIGUES et al: 2019).

REFERENCIAL TEÓRICO

A acessibilidade é um dos temas mais debatidos na atualidade. Mormente porque das condições de acessibilidade derivam as possibilidades de inclusão. Posto que, sem assegurar o acesso dos indivíduos aos espaços, é impossível inclui-los nos mais diversos contextos da vida em sociedade, dentre eles o educacional.

O conceito de acessibilidade, no art. 2º da Lei Federal nº 10.098/2000, é definido como a “(...) possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” (VILA NOVA: 2014, 12). Dessa definição se depreende que a acessibilidade está ligada às características físicas e ambientais do espaço.

No entanto, nessa pesquisa adota-se como premissa a acessibilidade como uma questão de cidadania, porquanto, aqueles que dela dependem, em sua ausência, são alijados da convivência social e de participação plena da vida em sociedade. Dessa forma, pode-se ampliar o conceito de acessibilidade tirando o acesso do centro e pondo em seu lugar a igualdade de oportunidades e de condições de participação plena da vida em sociedade e nos processos de desenvolvimento socioeconômico (EVANGELO: 2014, 20).

Com base nessa premissa, a acessibilidade torna-se uma ferramenta indispensável na construção de uma sociedade inclusiva, porquanto as PCD, enquanto cidadãos, têm o direito imanente de serem respeitadas independente da severidade de suas restrições. O que torna necessário providências no sentido de adaptação e transformação da realidade, o que inclui reformas estruturais, educacionais e sociais.

Levando-se em consideração a qualidade da estrutura do *Campus* Itabaiana, objeto desse estudo, ela caracteriza-se como um fator que restringe ou mesmo impede o acesso dos indivíduos aos ambientes pedagógicos, conforme apontado por RODRIGUES et al (2019). Isso apesar de dispor em suas dependências de elementos de acessibilidade, pois a simples existência de elementos de acessibilidade não torna os espaços acessíveis. Estes elementos devem ser funcionais, favorecendo a circulação livre e independente, tanto horizontal quanto vertical, daqueles que deles necessitem.

É importante ressaltar, todavia, que os problemas acima relatados não são uma característica particular do *Campus* Itabaiana. Segundo Evangelo (2014: 20), no Brasil, “as dificuldades de construir espaços acessíveis (...) estão arraigadas culturalmente e extrapolam os

limites dos espaços arquitetônicos e urbanos e das redes de transporte”, dificultando o acesso a bens e a serviços, aos locais de trabalho, residência, estudo e lazer.

A Educação, além de preceito constitucional, é elemento indispensável ao pleno desenvolvimento intelectual, cognitivo, social e cultural dos indivíduos. E, enquanto processo, dar-se principalmente na escola. Por esta razão, o espaço escolar deve ser inclusivo, livre de barreiras de qualquer natureza, de modo a propiciar o acesso e o desenvolvimento pleno dos sujeitos que ali convivem. Para que assim seja, é necessário que toda a comunidade escolar reconheça o valor e a importância da acessibilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na aplicação do questionário ficou patente que os alunos entrevistados reconhecem a importância da inclusão de PCD na escola regular. Esta afirmação se baseia no fato de que 100% dos participantes responderam de forma afirmativa que a inclusão faz diferença na vida e no aprendizado dos estudantes com deficiência. O que é coerente, pois a quase unanimidade (98,5%) reconhece que a inclusão e a diversidade no ambiente escolar contribuem, sobremaneira, com o desenvolvimento intelectual e social de todos os educandos.

Os resultados, no entanto, não estão livres das contradições que costumam povoar o tema inclusão. O que justifica, por exemplo, cerca de 6% daqueles que reconhecem a importância da inclusão para o aprendizado defenderem que os discentes PCD deveriam estudar em uma escola especial? Ou 40% afirmar que alunos com deficiência seriam discriminados no IFPB *Campus* Itabaiana?

As dificuldades de integração e a discriminação ainda são um grave problema. A maioria dos entrevistados reconhece a discriminação de que os PCD são vítimas nas escolas. Admitem que as dificuldades de integração são oriundas de questões ambientais e pedagógicas, o que se reflete no fato de que 54% deles jamais dividiu a sala de aula com colegas com deficiência, apesar de, segundo o IBGE (2010), 27,7% da população paraibana e 36,5% da população do município de Itabaiana possuir ao menos uma deficiência.

Outro fato que corrobora o argumento exposto acima é que a maioria dos participantes afirmar que todas as deficiências (física, sensorial e intelectual) enfrentam grande dificuldade de integração no ambiente escolar. Em outras palavras, entendem que a inclusão, da qual são defensores, ainda está muito distante de se tornar uma realidade.

Os entrevistados também entendem que a deficiência intelectual (25%) e a física (22%) são aquelas que possuem maior dificuldade de integração, apontando como principal obstáculo as condições de acessibilidade (45%). É interessante notar que as questões físicas, ligadas ao espaço, sobressaem, na percepção dos entrevistados, em relação às questões pedagógicas. Nesse quesito a formação docente e a adaptação dos currículos foram menos citadas como obstáculos a integração, 15% e 12% respectivamente.

Quando questionados acerca do que poderia ser feito para melhorar a acessibilidade e o aprendizado dos discentes com deficiência, a adaptação do espaço escolar sobressai novamente. O acesso predomina entre as preocupações da maioria dos participantes, provavelmente por que a tangibilidade das barreiras físicas facilita a percepção das consequências destas à mobilidade. Por esse motivo, as principais alterações apontadas como necessárias pelos entrevistados estavam ligadas à troca dos pisos, à construção de rampas e à adaptação dos espaços didáticos.

Das adaptações não estruturais a mais citada como solução foi o combate a discriminação e ao preconceito, a menos citada foi a adaptação do conteúdo. Estes resultados denotam uma preocupação em combater à exclusão causada por comportamentos agressivos ou pela indiferença, contudo não enxerga aquela causada por currículos não adaptados às características sensoriais e/ou intelectuais de cada educando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa demonstram que os entrevistados estão cientes que os problemas vinculados à inclusão e a acessibilidade de estudantes PCD na escola regular não residem apenas no campo arquitetônico e normativo, mas também em questões comportamentais. Pode-se afirmar que a principal dificuldade a ser superada é a barreira atitudinal, que, segundo Duarte (2016 apud FERREIRA: 2016), é “fruto da ignorância, preconceito e insensibilidade”. Uma vez que a inobservância da legislação e da norma, que preveem a acessibilidade como obrigatória, não encontra justificativa do ponto de vista técnico, legal ou pedagógico.

Quando a maioria dos entrevistados reconhecem a ausência de estudantes PCD nas instituições de ensino regular, expõem, de forma objetiva, esta barreira. A despeito da legislação as escolas não se configuram em um ambiente acolhedor, que possibilite o ingresso, a permanência e o aprendizado de todos os alunos nela matriculados.



A superação da barreira atitudinal, que concorre para a invisibilização e silenciamento das PCD, se dá através de ações voltadas ao esclarecimento da problemática da acessibilidade e de sensibilização acerca das questões concernentes à adaptação dos ambientes, dos processos e procedimentos. Em suma, promover mudanças na atitude coletiva e individual. Conforme DUARTE (2016 apud FERREIRA: 2016), para que a mudança de atitude ocorra é necessário, para além do arcabouço legal, consolidar o “(...) entendimento [de] que todos, independentemente de sua condição física, são parte da sociedade, são cidadãos e merecem ter seus direitos respeitados”.

Palavras-chave: Acessibilidade; Percepção, Inclusão escolar, Itabaiana.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, Regina. **Proposta de Metodologia de Avaliação da Acessibilidade aos Espaços de Ensino Fundamental**. In: Anais NUTAU 2006: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. São Paulo, USP: 2006.

EVANGELO, Larissa Silva. **Avaliação da acessibilidade e mobilidade arquitetônica em escolas de ensino fundamental de Viçosa – MG**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, 2014.

FERREIRA, Mateus Paula. **Acessibilidade urbana: democracia, cidadania e direitos humanos**. Dignidade Re-Vista, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 8, June 2016. ISSN 2525-698X. Disponível em: <<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/dignidaderevista/article/view/212>>. Acesso em: 13 fevereiro. 2022.

IBGE (2010) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 de março de 2019.

RODRIGUES, Lairton de Melo; SOUSA, Maria Victória de; PAIVA, Taiza Rodrigues de; MUNIZ FILHO, Paulo Tavares. **Espaço e Educação: estudo das condições de acessibilidade em escolas públicas do município de Itabaiana – PB**. Anais do VI Congresso Nacional de Educação – CONEDU 2019. Fortaleza: 2019.

VILA NOVA, Flávio. **Cartilha de Acessibilidade Urbana: um caminho para todos**. Recife: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, 2014.